

**A CATEGORIA TRABALHO NA CIÊNCIA GEOGRÁFICA. O
CONTEXTO DO PENSAMENTO CRÍTICO**

**THE LABOR CATEGORY IN GEOGRAPHICAL SCIENCE.
THE CONTEXT OF CRITICAL THINKING**

**LA CATEGORIA TRABAJO EN LA CIENCIA GEOGRÁFICA. EL
CONTEXTO DEL PENSAMIENTO CRÍTICO**

Suzane Tosta Souza¹

Jânio Roberto Diniz dos Santos¹

Fátima Crislane Batista Rocha²

Victor Andrade Silva Leal²

RESUMO

O presente artigo busca evidenciar a centralidade da categoria trabalho nos estudos realizados em Geografia. Expressa a trajetória acadêmica de seus autores e de grupos de pesquisa que tem por objetivo compreender as complexidades e metamorfoses ocorridas no mundo trabalho e seus rebatimentos espaciais. Ancorando-se na teoria marxista apresenta o trabalho enquanto condição ontológica humana e que, sob a expansão das relações capitalistas de produção, adquire o caráter de trabalho abstrato, produtor de mais valia. Resgatando a leitura Lefebvriana, fundamentada na teoria do valor trabalho de Marx, compreende-se que o espaço geográfico é produção social e histórica e só pode ser analisado por meio do trabalho. O trabalho social é o produtor do espaço geográfico, portanto categoria central para se compreender os processos espaciais.

Palavras-Chave: Trabalho, Capital, Geografia, Produção do espaço.

ABSTRACT

This article seeks to highlight the centrality of labor category in the studies carried out in Geography. It expresses the academic trajectory of their authors and research groups, which aimed

¹ Professores dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação do Departamento de Geografia da UESB. Coordenadores do Grupo de Pesquisa Trabalho, Mobilidade e Relação Campo-Cidade LEAU/UESB e Pesquisadores do Grupo Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais UFS/CNPq. suzanetosta@gmail.com; jandiniz@yahoo.com.br

² Mestrandos do PPGEU/UESB. Bolsistas UESB. Pesquisadores do Grupo de Pesquisa Trabalho, Mobilidade e Relação Campo-Cidade LEAU/UESB e do Grupo Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais UFS/CNPq. fau_geo@hotmail.com; victor.leal_geo@yahoo.com.br

to understand the complexities and metamorphoses, took place in the labor world and their spatial rebuttals. By basing upon Marxist theory, the work presents, while human ontological condition and, that under the expansion of capitalist relations of production, acquires the character of abstract work, producer of surplus value. Retaking the Lefebvrian reading, based on the theory of labor value of Marx, it understands that the geographic space is social and historical production and, it can only be analyzed by means of the labor. The social labor is the producer of the geographic space; therefore, it is the central category to comprehend the spatial processes.

Keywords: Labor, Capital, Geography, Production of Space.

RESUMEN

El presente artículo busca evidenciar la centralidad de la categoría trabajo en los estudios realizados en Geografía. Expresa la trayectoria académica de sus autores y de grupos de investigación que tienen como objetivo comprender las complejidades y metamorfosis sucedidas en el mundo trabajo y sus refutaciones espaciales. Anclándose en la teoría marxista, el trabajo es presentado como una condición ontológica humana y que, bajo la expansión de las relaciones capitalistas de producción, adquiere el carácter de trabajo abstracto, producto de mayor valor. Rescatando la lectura Lefebvriana, fundamentada en la teoría del valor trabajo de Marx, se comprende que el espacio geográfico es la producción social e histórica, y sólo puede ser analizado a través del trabajo. El trabajo social es el productor del espacio geográfico, por tanto, la categoría central para que sean comprendidos los procesos espaciales.

Palabras-Claves: Trabajo, Capital, Geografía, Producción del espacio.

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca analisar a importância da categoria trabalho no âmbito da ciência geográfica, enfatizando-a como central nos debates travados pelo movimento crítico de renovação que se desenvolve no contexto da segunda metade do século 20 em diante.

Ressalta-se que dentre os problemas epistemológicos herdados da Geografia Clássica um dos mais persistentes é exatamente a dualidade sociedade *versus* natureza, quando as análises dos geógrafos ora enfatizavam os aspectos físicos do real, ora optavam por tratar a Geografia como ciência do homem.

A partir do movimento crítico da Geografia, a introdução do debate fundamentado no materialismo histórico dialético busca romper com essa dicotomia ao apontar a unidade sociedade natureza mediada pelo trabalho. Assim, é através do trabalho que o homem (que se torna ser social) entra em contato com a natureza, transformando a natureza e a si mesmo, as suas condições materiais de existência e a de toda sociedade. Portanto, o trabalho é a forma de intercâmbio fundamental do homem com a natureza, em uma relação

indispensavelmente dialética. Ora, se não há reprodução humana sem a natureza e é pelo trabalho que o homem nessa intervém, essa é a condição central para o homem enquanto ser social e para o processo de produção do espaço geográfico – apreensão diretamente ligada a Geografia.

Desse modo, defende-se neste artigo o argumento de que o trabalho é categoria central nos estudos geográficos, tais quais as categorias sociedade e natureza, posto que, pelo método adotado, não há uma separação entre essas. No entanto, apesar da importância da categoria trabalho para a ciência geográfica, essa é ainda pouco explorada, salvo alguns estudos mais recentes vinculados a grupos de pesquisa (como: o GPECT³ e o CEGET⁴) e alguns pesquisadores que mantêm o método marxista como central em seus estudos. Em outros casos, os geógrafos ainda vêm com desconfiança, ou possível insegurança, a inserção da categoria trabalho em seus estudos, por vezes justificando que não se trata de uma categoria geográfica, ou que as pesquisas que a utilizam são de caráter sociológico, como se o trabalho, atividade ontológica humana, fosse de propriedade de um único campo do conhecimento. Aqui, defende-se o trabalho como categoria universal e sua análise como central para qualquer ciência social (que corresponde a nossa visão de Geografia). O trabalho é condição ontológica humana, e o que torna o homem, historicamente, em ser social.

O debate que aqui se inicia, visa destacar a importância dos estudos sobre o trabalho como possibilidade de compreensão do espaço geográfico, em uma sociedade subsumida a lógica reprodutiva e acumulativa do capital, na qual o trabalho, agora trabalho abstrato, torna-se o elemento central na extração da mais-valia e, logicamente, na produção do espaço.

O TRABALHO NA TEORIA MARXIANA E A GEOGRAFIA

Tomando por base a Teoria Crítica Marxiana, fundamentada no método dialético, este artigo, ao contrário das abordagens voltadas para a negação do trabalho ou mesmo o fim da sociedade do trabalho, vem reafirmar o trabalho como condição ontológica do homem. Em se tratando de um estudo realizado em Geografia considera-se o trabalho como categoria analítica central na compreensão do processo de produção do espaço geográfico, que se estabelece, historicamente, através da relação sociedade-trabalho-natureza. Assim, o homem,

³ Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais UFS/CAPES/CNPq, coordenado pela Prof. D. Sc. Alexandrina Luz Conceição.

⁴ Centro de Estudos Geografia e Trabalho UNESP-Presidente Prudente, Coordenado pelo Prof. D. Sc. Antonio Thomaz Junior.

que historicamente desenvolve relações sociais, por meio do trabalho, entra em contato com a natureza, transformando-a em natureza humanizada, ou segunda natureza, ou seja, natureza produto do trabalho. Ai reside à essência de toda natureza humana e da Geografia enquanto ciência. De acordo com Silva (2001, p. 50):

O espaço geográfico constituído de totalidades capitalistas e não-capitalistas tem na produção-reprodução realizada por meio do trabalho dos homens dialeticamente coisificados para o sistema e humanizados para si mesmos, onde a luta da natureza humana pela plenitude de vida se dá dentro e fora da atividade produtiva, dentro e fora de si mesmos, do seu corpo, da sua natureza. O resultado do trabalho humano, isto é, fração da natureza humana, objetivada na coisa feita ou produzida, percorre o mundo inteiro. A realização de um determinado trabalho poderá se dá muito distante do local onde o trabalhador produziu ou prestou um serviço qualquer, numa totalidade submetida a outra sociedade, a outro modo de produção.

A compreensão do espaço geográfico enquanto produto do (e condição para o) trabalho humano em uma sociedade dividida em classes sociais torna-se mais evidente na ciência geográfica a partir da década de 1950 em diante, com o movimento de renovação que trazia, em uma de suas matrizes, o pensamento crítico marxiano na compreensão das contradições do modo de produção capitalista e seus rebatimentos materiais. Além disso, buscava-se, naquele momento histórico, realizar uma revisão radical da Geografia praticada até então ancorada no positivismo lógico e mesmo na linguagem matemática sustentada no neopositivismo. O pensamento crítico passa a influenciar, sobretudo, os geógrafos brasileiros, que passam a adotar como fundamental a compreensão do espaço geográfico por meio das contradições existentes no processo produtivo. Assim, merece destaque as análises realizadas por David Harvey, Ives Lacoste, dentre outros e no Brasil os estudos realizados por Ruy Moreira⁵, Ana Fani Carlos⁶, Ariovaldo Umbelino de Oliveira⁷, Lenyra Rique da

⁵ No livro *O que é Geografia*, publicado no ano de 1981 o autor aponta que: “O processo do trabalho tem sua materialidade em formas que ao mesmo tempo que dele derivam e ele se revertem, e são geradas com esse fim. Em se tratando da geografia, esta materialidade dialeticamente articulada ao processo do trabalho é o espaço geográfico. (...) O espaço geográfico é a materialidade do processo do trabalho. É a relação homem-meio na sua expressão historicamente concreta. O espaço geográfico não é puramente produto do processo do trabalho, porque o processo do trabalho é também produto do espaço geográfico. É produto do trabalho e condição material dele”. (p. 85/86)

⁶ Na busca de aprofundar debates mais profícuos na Geografia, bem como destacando o papel da teoria no desvendamento da espacialidade e das relações sociais no mundo moderno Carlos (2001) arremata que: “O fio condutor da análise reside na tese segundo a qual, ao produzir sua vida (sua história, a realidade), a sociedade produz, concomitantemente, o espaço geográfico. Tais condições são produzidas pelo trabalho

Silva⁸, podem ser tomados como referência. O trabalho emerge como categoria central e estudos mais recentes como os realizados por Thomaz Junior⁹, Alexandrina Luz¹⁰, Lea Francesconi¹¹, Sócrates Menezes¹², Raimunda Aurea Sousa¹³, María Franco García¹⁴, Marcelo

como atividade humana, logo, o desvendamento da atividade do trabalho considerado como processo produtor do espaço geográfico é o ponto de partida e permite discutir, de um lado, a articulação entre atividades produtivas e não-produtivas no conjunto da sociedade, e de outro, a materialização espacial deste processo, cujo movimento fundamenta-se na contradição entre produção espacial coletiva e apropriação privada”. (p. 63).

⁷ Defendendo a importância da leitura crítica marxista para os estudos em Geografia e na Geografia Agrária mais particularmente Oliveira (2007) acrescenta que: “A lógica do desenvolvimento do modo capitalista de produção é gerada pelo processo de produção propriamente dito (reprodução ampliada/extração da mais-valia/produção do capital/extração da renda da terra), circulação, valorização do capital e reprodução da força de trabalho. É essa lógica contraditória que constrói/destrói *formações territoriais* em diferentes partes do mundo ou faz com que frações de uma mesma *formação territorial* conheçam processos desiguais de valorização, produção e reprodução do capital, conformando as *regiões*” (p.75).

⁸ No livro *A Natureza Contraditória do Espaço Geográfico* (2001) a autora analisa que: “O resultado do trabalho também contém a natureza da luta de classes. Seja qual for a sociedade ela está dividida em classes, é alimentada pelo trabalho alienado” (p. 54).

⁹ Que através do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGET) vem reunindo e desenvolvendo uma série de pesquisas voltadas a centralidade do trabalho enquanto categoria fundamental na compreensão dos estudos em Geografia seja no campo ou nas cidades. A rede de pesquisadores formados por esse centro inicia-se na UNESP de Presidente Prudente e se espalha para outros Estados do país a exemplo de Catalão e Goiânia/GO e João Pessoa na Paraíba. Além da Revista Pegada (revistapegada@gmail.com) e do projeto Editorial Centelha, em que os resultados de pesquisas são divulgados o CEGET realiza o Fórum do Trabalho, que se consolida como locus de apresentação e debates profícuos sobre a questão do trabalho no âmbito geográfico. As informações referentes a esse grupo, bem como os principais trabalhos desenvolvidos, podem ser encontradas no endereço: www.prudente.unesp.br/ceget

¹⁰ Que por meio da Coordenação do Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de reordenamentos territoriais/UFS-CAPE-S-CNPq, vem desenvolvendo e orientando diversos estudos voltados para a temática do trabalho na Geografia. Alguns dos resultados desses trabalhos podem ser encontrados nos anais dos principais eventos de Geografia – a exemplo do XV Encontro Nacional de Geógrafos, do SINGA, nas Jornadas do Trabalho – realizadas pelo CEGET, bem como em artigos de revistas como a Revista OKARA/PB, Pegada/UNESP-PP, dentre outras. Além disso, o Grupo realiza o Encontro Nacional Estado, Capital Trabalho juntamente com o Fórum Estado, Capital, Trabalho, agregando pesquisadores nos estados de Sergipe, Bahia, Pernambuco e Alagoas. Parte desses estudos são apresentados em livros oriundos dos debates ocorridos em tais Encontros Nacionais ou de pesquisas de teses e dissertações desenvolvidos, que constam, em parte, nas referências desse artigo.

¹¹ Que na Universidade de São Paulo coordena o grupo de Pesquisa e Estudos Para além do Capital, onde a questão do trabalho é central.

¹² Pesquisador do Grupo Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais-UFS/CNPq/CAPE-S e do Laboratório de Estudos Agrários e Urbanos/UESB, desenvolveu a pesquisa “De supérfluos à sujeitos históricos na contramão do capital” analisando a luta do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) na região de Vitória da Conquista/BA. Recentemente, vem ampliando essa temática analisando a luta pelo trabalho na periferia urbana de Vitória da Conquista/BA e o debate teórico entre a categoria trabalho e o Pensamento Geográfico.

¹³ Pesquisadora do Grupo Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais-UFS/CNPq/CAPE-S, desenvolve pesquisas voltadas para o entendimento do avanço do capital no campo e seus rebatimentos nas relações de trabalho, com destaque para o agronegócio da fruticultura irrigada no Pólo Juazeiro-BA/Petrolina-PE.

¹⁴ Coordenadora do Grupo de Estudos de Geografia do Trabalho – Paraíba (CEGET/PB) desenvolve e orienta pesquisas voltadas à temática do trabalho nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia. Em seu estudo reporta a dimensão de classe e de gênero na compreensão do trabalho e da produção do espaço. Coordena a revista OKARA, em que diversos resultados de pesquisas sobre essa temática é divulgado.

Mendonça¹⁵ e outros. Assim, torna-se importante ressaltar que o trabalho não se constitui em uma categoria específica da Geografia, mas é de fundamental importância na compreensão dos processos espaciais, em qualquer instância.

Para a teoria crítica marxiana o trabalho sempre foi tratado como central na compreensão da realidade e das iniquidades provocadas pelo modo capitalista de produção em seu processo de realização histórica. Para tanto, há que se compreender as contradições existentes no processo produtivo que em uma sociedade composta por classes sociais antagônicas permite-nos apreender, conforme apontado por Marx (1984), que a contradição fundamental reside no caráter social da produção e a apropriação individual de seus resultados, contraditoriamente apropriado por aqueles que detém o controle dos meios de produção. Sobre isso, também na Geografia, Souza (2008, p. 53/54) arremata que:

Na atuação das classes sociais destacam-se os seus interesses antagônicos, no modo de produção capitalista, cuja principal contradição reside, exatamente, na separação entre o trabalhador e os instrumentos de trabalho; tão logo, não resta ao trabalhador “livre”, ou melhor, desprovidos dos instrumentos de produção, que pertence ao capitalista (proprietário dos meios de produção) e aos proprietários fundiários (proprietários da terra) alternativa a não ser a venda de sua força de trabalho. A “aparente relação de igualdade”¹⁶ entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção, será, portanto, objeto de discussão (...). A partir de tais considerações espera-se reunir argumentos que elucidem as desigualdades nas relações sociais e nas relações de produção capitalistas, na “contradição irreconciliável”¹⁷ entre as classes sociais, já que a satisfação das necessidades de umas, neste caso, o objetivo do lucro – por parte do capitalista, e da renda – extraída por parte dos proprietários fundiários, se faz a partir da exploração do trabalhador, da força de trabalho – a única “mercadoria”, no capitalismo, capaz de criar riqueza. Assim, o trabalhador cria a mercadoria, que se converte em capital, mas este lhe é estranho, pois é apropriado pelos seus algozes.

¹⁵ Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais (GETeM/UFG). Pesquisador do CEGET/UNESP-PP, tem diversos artigos publicados na Revista Pegada e nos anais dos principais eventos realizados na Geografia.

¹⁶ Expressão utilizada por MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a Política no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1981.

¹⁷ Expressão utilizada por ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Centauro, 2002. É retomada também por Lênin, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução. A revolução proletária e o renegado Kautsky**. Trad por Henrique Canary. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2005. (...) A sociedade civilizada esta dividida em classes hostis e irreconciliáveis cujo armamento “espontâneo” provocaria a luta armada. Forma-se o Estado; cria-se uma força especial, criam-se corpos armados, e cada revolução, destruindo o aparelho governamental, põe em evidência como a classe dominante se empenha em reconstituir, a seu serviço, corpos de homens armados, como a classe oprimida se empenha em criar uma organização do mesmo gênero, para pô-la ao serviço, não mais dos exploradores, mas dos explorados. (LÊNIN apud ENGELS, 2005, p. 31).

Essa “aparente relação de igualdade” consolida-se no fato dos capitalistas e trabalhadores serem livres, ambos são proprietários: o primeiro dos meios de produção e o segundo de sua força de trabalho. Assim sendo, o capitalista compra a força de trabalho vendida pelo trabalhador e esse em troca recebe o salário. A contradição reside no fato de que os resultados do processo produtivo são maiores do que o dinheiro empregado pelo capitalista no início do processo produtivo. O que é produzido pelo trabalhador, mas apropriado pelo capitalista (donos dos meios de produção).

Essas contradições no processo produtivo são apontadas por Marx nos Manuscritos Econômicos Filosóficos, escritos em 1844, quando destaca que:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (*Menschenwelt*) (...). Esse fato nada mais exprime, senão: o objeto (*Gegenstand*) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser estranho, como um poder independente do produtor (...). (..) Sim, o trabalho mesmo se torna um objeto, do qual o trabalhador só pode se apossar com os maiores esforços e com mais extraordinárias interrupções. A apropriação do objeto tanto aparece como estranhamento (*Entfremdung*) que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital. (MARX, 2004, p. 80/81).

Nessa relação desigual e contraditória, o trabalhador se relaciona com o *produto do seu trabalho* como um objeto *estranho*, desse modo: “quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando (*ausarbeitet*)” mais poderoso se torna o mundo alheio que ele cria diante de si e mais pobre ele se torna, no seu mundo interior. Dessa forma, o seu trabalho se torna um objeto, “uma existência externa (*aussern*), que existe fora dele, independente e estranha a ele”. Assim,

(...) quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador. (MARX, 2004, p. 82).

Assim sendo, o que o trabalhador recebe sob a forma de salário é infinitamente menor do que ele de fato produziu. Esse mais-trabalho, que representa a quantidade de horas de trabalho não pagas ao trabalhador é apropriada pelo capitalista. O trabalhador por não deter os meios de produzir a existência não tem alternativa a não ser se sujeitar ao capitalista. Ao trabalhar por um salário esse acaba por aumentar a riqueza do capitalista, ao passo em que despende parte de sua energia e sua vida no processo produtivo. Assim sendo, a relação de igualdade entre capitalistas e trabalhadores é apenas aparente na medida em que os segundos não têm opção a não ser a sujeição¹⁸.

Tomando por base a análise desenvolvida por István Mészáros, em *Para além do Capital* (1995) Ricardo Antunes (2002) acrescenta que o sistema de metabolismo societal do capital, resultado da divisão social, vai promover a subordinação estrutural do trabalho ao capital. Para compreender esse processo há que se considerar que um sistema de mediações de segunda ordem sobredeterminou suas mediações básicas primárias, ou seja, suas mediações de primeira ordem. Genericamente, esse sistema de mediações de primeira ordem tem por finalidade e “a preservação das funções vitais de reprodução da reprodução individual e societal” (ANTUNES, 2002, p. 19), que significa que os seres humanos sejam considerados parte da natureza, se utilizando dessa para realizar suas necessidades elementares.

Considerando o homem enquanto parte da natureza, cuja relação com essa se estabelece por meio do trabalho, para satisfação das funções vitais, esse é compreendido enquanto condição ontológica humana e pressupõe: a regulação da atividade biológica reprodutiva em conjunção com os recursos existentes; a regulação do processo do trabalho mediante o intercâmbio comunitário com a natureza para produzir bens requeridos para a satisfação das necessidades humanas; um sistema de trocas compatível com as necessidades requeridas; organização da multiplicidade de atividades (materiais e culturais) visando o atendimento da reprodução social; alocação dos recursos materiais e humanos disponíveis, lutando contra as formas de escassez, e sua utilização econômica em sintonia com os níveis de produtividade e os limites socioeconômicos existentes; constituição e organização de regulamentos societais designados para a totalidade dos seres sociais (ANTUNES, 2002).

A esse sistema de primeira ordem de mediações se impõe outro sistema de mediações de segunda ordem que pressupõe *o estabelecimento de hierarquias estruturais de dominação e subordinação*, que caracteriza a ordem societal de controle sob a égide do capital,

¹⁸ “O seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer as necessidades fora dele”. (MARX, 2004, p. 83).

que se segundo Mészáros apud Antunes (2002) representa a introdução de “elementos fetichizadores e alienantes de controle social metabólico” (p. 20).

Dessa forma, considerando o capital *um modo e meio totalizante e dominante de mediação reprodutiva* esse subordina todas as funções reprodutivas sociais, cuja finalidade é expandir o valor de troca, para todas as necessidades desde mais básicas as mais variadas atividades de produção, ou seja, representa a “completa subordinação das necessidades humanas à reprodução do valor de troca” (MÉSZÁROS apud ANTUNES, 2002, p. 21). Assim, o valor de uso torna-se subordinado ao valor de troca, ou seja, por meio do trabalho os homens não mais produzem para a satisfação de suas necessidades vitais, mas para a satisfação dos detentores dos meios de produção – a classe dos capitalistas que objetivam o lucro.

À divisão do trabalho que caracterizava o sistema de mediações de primeira ordem baseada *função reguladora básica* o capital impõe uma estrutura de mando vertical cuja divisão hierárquica do trabalho voltada para a necessidade contínua e crescente de valores de troca. Nesse processo o trabalho é subsumido ao capital (ANTUNES, 2002). Para que essa ordem sociometabólica do capital possa erigir-se pressupõe a existência de alguns elementos, segundo Mészáros *apud* Antunes (2002): a) a separação e alienação entre trabalhador e os meios de produção; b) a imposição dessas condições objetivadas e alienadas sobre os trabalhadores (mando sobre eles); c) a personificação do capital como valor egoísta voltado ao atendimento expansionista do capital; d) a personificação do trabalho, ou seja, dos operários como trabalho, dependente do capital historicamente dominante, fato que reduz a identidade do sujeito desse trabalho as funções produtivas. Desse modo, “as funções produtivas e de controle do processo do trabalho social são radicalmente separadas entre aqueles que produzem e aqueles que controlam” (p. 22). O espaço geográfico, sendo produto histórico e social, vai reproduzir tais contradições da sociedade dividida em classes sociais, materializando as ações contraditórias do metabolismo de reprodução do capital, que se referenda nos espaços de produção da riqueza, que não se converte em espaços de riqueza da produção, e que reproduz, igual e contraditoriamente, os espaços da miséria, como condição a reprodução do mais valor.

Para lhe dar sustentação esse sistema de mediações de segunda ordem ancora-se no tripé capital, trabalho e Estado. Dessa forma, Mészáros (2002) é elucidativo ao afirmar que é impossível se pensar na emancipação do trabalho sem superar o capital e o Estado.

As mediações de segunda ordem do capital constituem um círculo vicioso do qual aparentemente não há fuga. Pois eles se interpõem,

como “mediações”, em última análise destrutiva da “mediação primária”, entre seres humanos e as condições vitais para a sua reprodução, a natureza. (MÉSZÁROS, 2002, p. 179).

Desse modo, Antunes (2002) aponta que no sistema do capital o discurso da regulação é apenas “aparente”, o que remete a compreensão da incontornabilidade do mesmo, presente desde o início desse sistema. Assim, com base em Mézáros (2002) destaca *os defeitos estruturais do sistema de metabolismo social do capital*, que se manifesta, dentre outras coisas, na separação entre produção e controle, quando esses adquirem uma independência “problemática” que se efetiva no exacerbado “consumismo” em determinadas partes do mundo e por outro lado, se reproduz na mais desumana negação da satisfação das necessidades básicas para milhares de seres; demonstrando assim que a “força de trabalho total da humanidade encontra-se submetida (aos imperativos alienantes de um sistema global de capital)” (MESZAROS apud ANTUNES, 2002, p. 24). O espaço geográfico é produto e condição dessa relação desigual e contraditória.

Esse controle sociometabólico do capital “incontrolável” e “totalizante” sob o qual tudo, inclusive os seres humanos deve-se ajustar, “degrada o sujeito real da produção, o trabalho, a condição de (...) fator material da produção”, que para o capital não perde a condição de sujeito real da produção.

Considerando que esse sistema sociometabólico do capital, através de sua forma de realização, vai se apropriado dos mais variados espaços, de forma desigual e combinada, sujeitando o trabalho a sua lógica produtiva, é que se pode explicar, por exemplo, as transformações ocorridas no Centro-Sul de Sergipe e Litoral Norte da Bahia, fato que se acresce com a difusão do agronegócio da laranja representando processos concretos de subsunção do trabalho aos interesses do capital (industrial, agrário e financeiro), assim como por meio do processo de sujeição camponesa (SANTOS, 2009). Essa é a expressão da expansão do capital no campo e se reproduz, em suas singularidades, no espaço agrário brasileiro como um todo, ocasionando conflitos territoriais entre sujeitos/classes antagônicas, através dos quais torna-se possível, compreender a produção contraditória do espaço geográfico.

Sob a ótica do capital, o trabalho que deveria voltar-se a satisfação daqueles que trabalham acaba sendo apropriado por aqueles que detêm os meios de produção, que se apropriam do produto do trabalho e os transforma em mercadoria, valores de troca. Assim, Oliveira (2007, p. 39) tomando por base o estudo realizado por Smith (1988) arremata que:

(...) sob o sistema capitalista, a apropriação e produção da natureza têm a materialidade social do processo de produção de mercadorias, reificado, alienado, oriundo da história dos homens: toda natureza é assim um produto social. Segundo Smith (1988), a produção da natureza é também produção do espaço geográfico expressa no desenvolvimento desigual do capitalismo. Esse desenvolvimento desigual é a expressão geográfica das contradições do capital, a fixação geográfica do valor de uso e do valor de troca. À medida que o processo de acumulação se intensifica, igualmente se intensificam as tendências à igualização e à diferenciação da produção capitalista do espaço.

As discussões sobre a categoria trabalho, enquanto central na análise do processo de produção do espaço geográfico, tornam-se fundamentais: na compreensão dos conflitos e das contradições existente no processo de apropriação do Centro-Sul de Sergipe e Litoral Norte da Bahia pelo capital, via produção do suco de laranja concentrado e congelado, que têm nos mercados europeus seu principal lócus de consumo (SANTOS, 2009); no processo de incorporação do Planalto da Conquista à produção de café já desenvolvida no Planalto brasileiro, que valoriza a terra, expulsa parte dos camponeses e acresce o exército de pobres e miseráveis, seja no campo ou nas cidades da região, ávidos a qualquer tipo de trabalho (S. SOUZA, 2008); na realidade também observada por pesquisas realizadas no Sul da Bahia, onde a reestruturação produtiva e a mobilidade do capital leva centenas de trabalhadores do campo, das indústrias, e mesmo do comércio, a condição de desempregos ou mesmo supérfluos, sujeitos a intensa mobilidade de sua força de trabalho como condição de reprodução social (D. SOUZA, 2011). Aponta-se ainda, em pesquisas mais recentes, a luta pelo trabalho nas periferias urbanas de cidades médias baianas, a exemplo de Vitória da Conquista (S. SOUZA, et. al, 2013) ou Ilhéus e Itabuna (D. SOUZA, 2013), onde os trabalhadores “sobrantes” buscam as mais diversas formas de sobrevivência, sobretudo na mobilidade do trabalho, momento em que dispõem de seus corpos e suas mentes” a extração da mais valia pelo capital (GAUDEMAR, 1977).

O TRABALHO ENQUANTO CATEGORIA CENTRAL PARA OS ESTUDOS EM CIÊNCIAS SOCIAIS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Para se discutir a relevância da categoria trabalho nos estudos em Geografia e nas Ciências Sociais, há que se reportar a compreensão das categorias fundantes de Marx (1983) presentes no Livro 1 de O Capital, ao apontar o Processo de Produção do Capital a partir da Mercadoria e seu valor de uso e valor de troca, Processo de Troca, Circulação, Processo de Produção de Mais-valia absoluta analisando o processo de trabalho e o processo de

valorização. Marx demonstra a distinção entre trabalho concreto, produtor de valor de uso, e o trabalho abstrato, produtor de valor de troca. Gorender (1983) enfatiza em sua apresentação do livro *O Capital* que a mercadoria possui caráter dúplice de valor de uso e valor resultante do caráter também dúplice do próprio trabalho que produz: trabalho concreto, que responde pelas qualidades físicas do objeto, e trabalho abstrato, enquanto gasto indiferenciado de energia humana. O trabalho abstrato, pelo fato de estabelecer uma relação de equivalência entre os inúmeros trabalhos concretos, vem a ser a substância do valor. Marx (1983) pressupõe que o processo de trabalho deve ser considerado de início independentemente de qualquer forma social determinada. Enquanto o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza.

Segundo Lukács, e seus seguidores como Mészáros (2002) e Antunes (2002), a categoria que faz a mediação entre o ser social e a natureza é o trabalho, que transforma causalidade dada em causalidade posta. Lukács, diz que é o trabalho a categoria fundante dos complexos sociais parciais que, por sua vez, se tornam autônomos e, nas sociedades desenvolvidas, se apresentam de forma cada vez mais complexificada, esta age no processo de individualização e socialização.

István Mészáros (2002) em sua obra *Para Além do Capital* esboça a contradição entre forças produtivas e relações de produção. Segundo este autor a formação social capitalista é marcada por uma contradição imanente: ao mesmo tempo em que aumenta sua capacidade produtiva, dispensa a força de trabalho, proporcionando um descompasso entre a capacidade produtiva e a possibilidade de consumo, que está imbricado na relação de aumento do desemprego. Ainda segundo Mészáros (2002) as dificuldades do atual processo de desenvolvimento são muito maiores que em qualquer outro momento, em que o capital atinge seu zênite contraditório de maturação e superação. Neste sentido, considera que a crise do capitalismo hoje é destrutiva e incontrollável, é permanente, não existindo mais, portanto, crises cíclicas (defendidas anteriormente por muitos autores), nem qualquer possibilidade de superação ou inserção social (daqueles que estão fora do processo produtivo, portanto, nenhuma “possível” superação da “crise”) enquanto perdurar o capitalismo e a existência também do próprio capital.

Em sua obra *Os Sentidos do Trabalho*, Antunes (2002) discute várias dimensões que são centrais ao pensar o mundo do trabalho hoje em suas formas contemporâneas. Dimensões da vigência da centralidade do trabalho ou nos seus múltiplos sentidos que o trabalho adquire. Discorda de Gorz (2003) e até mesmo de Kurz (S.D), que

advogam o fim do trabalho embora admita a complexidade das relações laborativas. Complexidade que envolvem as relações entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, trabalho material e imaterial, trabalho manual e intelectual, e o teletrabalho. Segundo Antunes (2002, p.104) essas relações que foram apresentadas como nova conformação de valorização do trabalho, ao invés de negar a centralidade do trabalho é uma base concreta para reafirmar a centralidade do trabalho no capitalismo contemporâneo. Assim, sustenta a tese de que houve uma heterogeneização, complexificação e fragmentação de uma classe que vive eminentemente do trabalho. Apresenta esta como tendência influenciada pela redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, especializado, herdeiro da indústria verticalizada (modelo Taylorista/Fordista) e expansão ocidental do Toyotismo.

Antunes (2002) analisa ainda que uma questão central no entendimento das transformações ocorridas no mundo do trabalho advém da reestruturação produtiva do capital cujas características são: a flexibilização, a desconcentração, a desterritorialização; além da introdução de novas formas de trabalho domiciliar e a ideologia da “liberdade do trabalhador”, o trabalhador em tempo parcial. No campo uma forte expressão desse processo é a pluriatividade, tendo em vista que se explora duplamente os camponeses e proletários do campo, que se tornam, ainda mais, precarizados, subempregados, terceirizados e hifenizados.

Em outra perspectiva teórica, as críticas que Organista (2006) lançam a autores como Gorz (2003), Kurz (S.D.) e Antunes (2002) e seus seguidores se referem ao alto nível de generalizações quando os mesmos centram a análise nas relações de produção e forças produtivas do sistema capitalista, mas estas análises não podem ser desprezadas, no sentido de uma significativa reflexão do modo de produção capitalista, de seus conflitos e contradições e da própria necessidade de superação do mesmo, e a busca de outras formas de relações entre a sociedade e a natureza.

Adotando a postura de que a sociedade do trabalho caminha para o seu fim, Gorz (2003, p. 221) aponta que, de um modo geral, o trabalho tende a tornar-se uma força de produção secundária diante da potência, do automatismo e da complexidade dos equipamentos. Para ele, cada vez mais raros são os empregos em que as noções de esforço e de rendimento individuais fazem ainda sentido, no qual a quantidade e a qualidade dos produtos dependem da aplicação dos trabalhadores e onde o orgulho pelo bem feito possa ser fonte de identidade social e pessoal. Esta discussão envolve a dupla dimensão presente no processo de trabalho: o trabalho humano em seu caráter emancipador e, por outro lado, o trabalho que explora, aliena e infelicitiza o ser social. Entretanto, apresentamos discordâncias

com a análise do autor, posto que ainda que o capital constante se expanda, esse jamais será capaz de dispensar, totalmente, o trabalhador do processo produtivo. Assim sendo, o trabalhador continuará sendo, sempre, a fonte de extração da mais-valia, portanto indispensável ao sistema sociometabólico.

Em outra leitura, Kurz (S. D.) aponta que a crise do sistema mundial produtor tem de ser buscada para além da sociedade industrial, do mercado e do Estado, ou seja, na dissolução da sociedade do trabalho. Kurz também recorre à análise de dimensão marxiana entre o trabalho concreto e trabalho abstrato, esclarece a importância da distinção, que é imprescindível, pois permite qualificar a dimensão do trabalho na qual ele está se referindo. Na sua obra Kurz destaca que o que está em crise é o trabalho abstrato, aquele que produz valor de troca. A sociedade em que o ócio involuntário (desemprego) se opõe ao tempo livre, enquanto representação moral socialmente reconhecida e válida. O destaque aqui dessa interpretação é o de não correr o risco de virar uma finalidade natural às contradições que são sociais e historicamente estabelecidas. Acredita-se que a defesa da sociedade de tempo livre, na qual o trabalho concreto é subsumido pelo capital é ambíguo, pelo menos para todos os membros, pois, com isso se mantém as bases de produção e reprodução social, já que, esta se apresenta de forma diferente a partir da possibilidade de distinção e condição da classe social no capitalismo.

Acredita-se que somente a partir da superação do sistema de produção para o socialismo e o comunismo, e a superação da sociedade de classes, seja possível se pensar num modelo de sociedade verdadeiramente igualitária, coisa que Kurz não acredita ou demonstra muito ceticismo ou pessimismo em conseguir, e relata as experiências e fracassos do socialismo real que foi analisado pelo mesmo como socialismo dos produtores como impossibilidade lógica de realização. Kurz (S.D.) ainda em sua obra *A Honra perdida pelo trabalho*, enfatiza a categoria real do trabalho que há de ser concebida como trabalho abstrato no sentido de uma indiferença destrutiva no que se refere ao conteúdo material dos agentes opostos em movimento. Indiferença destrutiva essa que segundo este autor se manifesta não apenas no plano subjetivo e psicológico da “insatisfação com o trabalho”, mas com a crescente “objetividade da catástrofe” como processo objetivo do mundo.

Também a publicação produzida pelo grupo *Krisis* (2003) intitulada: manifesto contra o trabalho representa um movimento de contraposição à coerção estabelecida a partir da visão ocidental de sociedade e de trabalho, o que para nós, não encontra possibilidades de efetivação na realidade concreta.

Outro teórico marxista que analisa o trabalho na sociedade do capital é Pochmann (2001), no entanto toda sua leitura volta-se para a questão do emprego e não do trabalho propriamente dito. Assim, discute o curso atual da divisão internacional do trabalho e apresenta as novas estratégias empresariais de competitividade e produtividade a partir da lógica neoliberal para entender os caminhos que os dirigentes e governantes do Brasil escolheram no final do século 20 e início do século 21. Ao discutir a competitividade destacou as estratégias de diversificação da produção; diversificação dos produtos; recomposição da produção interna com a externa (novo *mix* de produção); elevação na qualidade dos produtos; redução dos custos; mudança no *lay-out* da produção; redefinição dos fornecedores (*just in time*); inovações tecnológicas e organizacionais; nova conduta empresarial (desnacionalização, *joint-venture*, fusão, incorporação ou abandono de atividade). Enquanto que na parte da estratégia de produtividade, elencou a flexibilidade produtiva (economia de escopo); redução de custos e do tempo morto; desmonte de parte da estrutura produtiva; programas de qualidade total e gestão participativa; programas de remuneração variável e distintos contratos de trabalho; programas de reengenharia; terceirização e subcontratação de mão-de-obra; melhor aproveitamento das possibilidades da economia de escala (redução dos estoques); redefinição do conteúdo da atividade empresarial: fechamento de empresa ou passagem à representante comercial.

Apresenta ainda as novas tarefas que são realizadas no interior dos postos de trabalho e as novas técnicas de gestão da produção, que alteram substancialmente a organização do trabalho. Dentre estas destacam-se a ampliação da quantidade de tarefas exercida pelo mesmo trabalhador; constituição de grupos de trabalho (semi-autônomos e autônomos); rotação das funções; combinação das atividades de execução com as de controle.

Embora se possa considerar a importância dos trabalhos desenvolvidos por Pochmann (2001) no sentido de compreender as atuais estratégias do capital em estruturar “novas formas de organização do trabalho” a fim de garantir maior extração da mais valia, não podemos perder a dimensão do trabalho enquanto condição ontológica humana, do contrário, estaríamos reforçando o argumento de que não há mais possibilidade de superação do sistema hegemônico do capital. Portanto, embora se considere (em acordo com autores com Mészáros e Antunes) que o trabalho encontra-se subsumido ao capital, portanto, predominantemente trabalho abstrato, não se pode perder a dimensão do trabalho em sua condição ontológica, concreta, algo que só se torna efetivamente possível com a superação dessa ordem hegemônica do capital.

LEITURAS SOBRE A CATEGORIA TRABALHO NA GEOGRAFIA

De acordo com Francesconi (2006) as discussões sobre a realidade em mutação no mundo do trabalho não é tema novo no pensamento geográfico, apontando estudos como os realizados por Pierre George (1973) como um dos pioneiros sobre essa temática. Contudo, deixa claro que é nas últimas décadas que o ressurgimento dessa temática adquire importância fundamental, quando as mudanças do Trabalho atingem de forma mais direta a sociedade brasileira e “o desemprego revela-se como ameaça crescente ou presença concreta para a sociedade brasileira inserida no mercado de trabalho no capitalismo desde o século XX” (p. 01). Daí aponta a emergência de uma Geografia do Trabalho, mediante a preocupação demonstrada por grande parte dos geógrafos em compreender as repercussões materiais das transformações ocorridas no mundo do trabalho. Entretanto, ainda considerando a emergência de uma Geografia do Trabalho, Thomaz Junior (2004) arremata que não se trata, simplesmente, de constituir mais um recorte disciplinar, ou uma corrente na Geografia, mas de compreender a Geografia do Trabalho como um campo de investigação focado para o entendimento “da estrutura de poder e do controle social exercidos pelo capital sobre a sociedade e, em particular sobre o trabalho” (p. 10). Dessa forma, considera que: “É através do movimento dialético e das mediações teóricas requeridas, que faremos do trabalho um tema permanente para a Geografia” (p. 10).

Na Geografia, conforme apontado por Francesconi (ano, p. 02) é a partir da renovação do pensamento geográfico ocorrido nos anos de 1970 e 1980, do século 20, que a Geografia Crítica introduz o trabalho de forma mais ampla em suas análises, assim como outros conceitos da análise marxista.

Por um lado, a Geografia apreendeu o Trabalho em sua divisão internacional e regional para a compreensão das desigualdades internacionais e inter-regionais. Além disso, o Trabalho constitui-se em conceito fundamental para a explicação do espaço como produto social o qual tanto no urbano quanto no rural reproduz-se contraditoriamente tal como a totalidade social da qual faz parte.

Na Geografia brasileira um desses expoentes do pensamento crítico sem dúvida é Rui Moreira. A discussão sobre o trabalho é trazida por esse autor tanto no livro *O que é Geografia* (1981) quanto em diversos textos publicados posteriormente. Partindo da teoria do Valor de Marx Moreira (2001) destaca a emergência da compreensão do mundo do trabalho na Geografia em dois níveis: a relação metabólica do homem com o meio natural e a relação do homem com a sociedade. Assim, pode-se falar em uma Geografia do trabalho tendo o valor como elemento teórico de referencia, em que as recentes transformações no mundo do trabalho

“têm orientado o universo de noções dessa geografia” (p. 10). Para ele, é o valor quem comanda o mundo do trabalho, no entanto cabe considerar que a forma do valor varia com o tempo histórico. Assim sendo, nas sociedades mais antigas torna-se visível o valor de uso das mercadorias, algo que se inverte na sociedade capitalista moderna, em que o valor de uso é subsumido ao valor de troca.

Moreira (2001) considera que nas sociedades mais antigas o trabalho aparece como relação metabólica, caracterizada pelo intercâmbio entre o homem e a natureza, onde o primeiro impulsiona, controla e regula esse intercâmbio, produzindo valores de uso, atuando sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modificando sua própria natureza, produzindo a natureza socializada (ou segunda natureza). O aparecimento do valor de troca modifica, completamente, essa relação. Tomando por base os estudos realizados por Marx (1984) o autor arremata que: “o valor nasce do desenvolvimento das trocas” (p. 11). Inicialmente essas trocas ocorrem por meio do intercâmbio de valores de uso realizado pelos produtores diretos; no entanto, quando as trocas se tornam mais generalizadas a equivalência dos valores dos bens trocados torna-se uma necessidade. Assim, “a própria experiência prática dos produtores leva-os a comparar as quantidades de horas-trabalho gastas na produção de valor-de-uso como referência no ato da troca, nascendo o conceito de valor de troca” (p. 11).

O dinheiro emerge como recurso contábil do valor, e a quantidade de moedas passa a representar a quantidade de horas-trabalho. Assim, ocorre uma mudança na relação de intercâmbio homem-natureza, para uma relação de troca mercantil. Essa relação adquire maior proporção nas sociedades nascidas da revolução industrial. Para Moreira, nesse momento em diante vai ocorrer uma separação entre natureza e trabalho (quando a primeira é apropriada privadamente) e uma separação entre população e trabalho, reduzindo a população a força de trabalho - a classe do trabalho. Assim, “o surgimento da lei do valor como lei do metabolismo ambiental faz do trabalho uma relação técnica, capitalizando-a” (p. 12). Esses processos são fundamentais para a compreensão da “concreção espacial” segundo Moreira (2002) quando na medida em que vai se dando vai reproduzindo registros nas paisagens.

Dividida em mundos do trabalho e do não-trabalho, surge a sociedade do trabalho (a sociedade industrial do capitalismo avançado), fragmentária e organizadora da existência humana num arranjo espacial de configuração extremamente estilizada.

Essas transformações adquirem nova dimensão no período posterior, na metade da segunda revolução industrial à emergência da terceira com a hegemonia do capital financeiro,

mediante o predomínio da esfera da circulação, trazendo mudança ao próprio conceito do valor, com novas investidas para o mundo do trabalho.

Nessa relação capital-trabalho, Thomaz Junior (2002) segue a linha percorrida por Antunes e define que esses são coabitantes de um mesmo processo contraditório, mas, enraizados em esferas diferentes do processo social da produção, um vem a se expressar no outro como elo fundamental de sustentação da contradição. Materializam-se sobre bases qualitativamente diferentes. O capital, de um lado, hegemoniza o processo, conformando assim, sob seu controle, a totalidade produtiva. O trabalho, por outro lado, ao inserir-se nesse processo, entra subsumido, real ou formalmente, dependendo do desenvolvimento das forças produtivas. Thomaz Junior (2002) em sua tese *Por Trás dos Canaviais, os “nós” da cana*, procurou entender e explicitar o imbricamento dos processos de (re)articulação do capital e das propostas e ações do movimento sindical dos trabalhadores, que segundo o autor contém, em si e para si, as mediações da sociedade. Tal leitura tem permitido um indicativo importante no sentido da retomada do trabalho enquanto categoria central da Geografia, permitindo um resgate da relação sociedade *versus* natureza, e suas espacialidades ao longo do tempo histórico. Por outro lado, não perde a dimensão das contradições existentes nesta relação, o que nos leva ao entendimento dos diversos processos de apropriação espacial, que permitem, simultaneamente, uma compreensão da sociedade de classes.

Em estudo posterior Thomaz Junior (2004) destaca a necessidade dos geógrafos se debruçarem no entendimento das novas territorialidades engendradas pelo metabolismo do capital, com destaque para a esfera organizativa do trabalho, buscando “apreender o trabalho por meio da leitura geográfica”. Para ele há uma complexa trama de relações na compreensão das diversas formas de luta pelo trabalho, que não se restringe as formas das corporações sindicais. Dessa forma, cabe compreender as ações do capital para além do mundo fabril, e o espalhamento das realizações de expropriação/dominação/apropriação do trabalho, inserindo aí assalariados, camponeses, sem-terras, seringueiros, informais, desempregados, etc.. Torna-se fundamental nos estudos geográficos sobre o trabalho a compreensão que o metabolismo do capital afeta a vida dentro e fora do labor, ou seja, tanto no âmbito da produção (do trabalho) quanto da reprodução (morada, convívio social). Assim,

A Geografia do trabalho deve chamar para si a tarefa de apreender o mundo do trabalho através do espaço geográfico entendido, pois, como uma das características do fenômeno, e da rede de relações categoriais/teóricas/escalares, ou seja, a paisagem, o território e o lugar

de existência dos fenômenos, num vai e vem de múltiplas determinações. (p. 11).

Nesse processo, cabe considerar a força destrutiva do capital e a emergência de formas diferenciadas de precarização do trabalho, a que o trabalhador tem se submetido para “vencer os revezes da reestruturação produtiva da capital” (p. 12) e que se expressa na terceirização, precarização, subcontratação, hifenização, desemprego, dentre outras formas. Essas dificuldades concretas vivenciadas pela classe trabalhadora fazem com que, muitas vezes, o camponês – que possui pouca quantidade de terras se desloque para cidade a fim de realizar “algum bico” em determinados períodos do ano, ou ainda se assalariando nas fazendas circunvizinhas.

A mobilidade do trabalho é também uma forma buscada pelo trabalhador para garantir a reprodução social. Ora camponês, ora operário, ora desenvolvendo serviços autônomos ou na informalidade. Mais do que, simplesmente, alternativas buscadas pela classe trabalhadora para sobreviver, essa realidade representa a dificuldade concreta com que esses se reproduzem, tendo, na maioria das vezes, que desempenhar dupla ou tripla jornada de trabalho, multilando-se, alienando-se. Essa realidade, por outro lado, torna-se uma dificuldade maior no sentido da consciência de classe.

Diante disso, o referencial que adotamos nos permite visualizar o desenho societal dos trabalhadores sem terra no Brasil, como produto de uma complexa trama de relações que envolve uma gama de trabalhadores e de movimentos sociais que se dedicam à luta de resistência, de ocupação de terra e pela Reforma Agrária, tais como posseiros; atingidos por barragens; pequenos produtores desarticulados da estrutura oficial dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs); Sindicatos dos Empregados rurais (SERs); Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (SINTRAFs); seringueiros; índios; pescadores artesanais; Movimento Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MNMTR), hoje Movimento das Mulheres Camponesas (MMC); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST); Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST); Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST); Movimento de Luta pela Terra (MLT); etc. (THOMAZ JUNIOR, 2004, p. 14)

Cabe considerar, contudo, que tal controle sociometabólico do capital tem investido na desmobilização do poder dos sindicatos, associações, cooperativas e mesmo dos movimentos sociais. Essa realidade é verificável nos estudos de Santos (2009) ao pesquisar o Centro-Sul de

Sergipe e Litoral Norte da Bahia, onde o desemprego estrutural que garante um significativo exército de reserva latente tem levado os sindicatos muito mais a uma ação de intermediação entre o patrão e o empregado, como forma de manter o emprego, ainda que precarizado dos que conseguem se manter no processo produtivo, em detrimento das lutas e enfrentamentos que outrora representou o papel dos sindicatos no país. Essa realidade também se reproduz nos movimentos sociais e se comprova, por exemplo, no refreamento da luta pela terra via ocupação. Acredita-se, portanto, que a própria crise estrutural e o desemprego e precarização das relações de trabalho impostos pela reestruturação da produção, será o estopim da retomada da luta dos trabalhadores por terra, trabalho, direitos e, quiçá, pela superação da ordem hegemônica do capital.

Tal realidade de crise capitalista e da luta pelo trabalho, enquanto condição de reprodução social de centenas e milhares de trabalhadores, em nosso entendimento, valida o debate sobre o trabalho e a centralidade que essa categoria deve ter no âmbito das ciências sociais, em geral, e na Geografia, em particular. Por isso, defende-se que o trabalho é o fundamento da mediação sociedade-natureza, dimensão epistemológica central na Geografia, dada sua importância na produção social do espaço geográfico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referido artigo buscou abordar os estudos que adotam a categoria trabalho como centrais em suas análises, destacando a importância de tais leituras para as Ciências Sociais e a Geografia – no intuito de compreender as contradições do modo de produção capitalista e seus rebatimentos espaciais.

Apesar disso, o estudo ressalta ainda que, salvo exceções, só muito recentemente a Geografia prestou atenção na importância em se compreender o complexo e dinâmico mundo do trabalho, o que diz respeito, basicamente, aqueles que adotam a postura analítica pautada no método do materialismo histórico dialético.

Que o distanciamento entre a Geografia e a categoria trabalho se reflete em certa incompreensão, por parte dos geógrafos, do entendimento do sistema hegemônico e totalizante do capital, repercutindo em análises superficiais e distantes da realidade como ela é. Possivelmente uma explicação para tal distanciamento derive dos ranços neopositivista e estruturalista que ainda predominam nessa ciência.

Por outro lado, aponta-se que, nas últimas décadas, o esgaçamento das contradições desse modo de produção e seus rebatimentos no mundo do trabalho, têm levado alguns grupos

de pesquisa da Geografia, a exemplo do GEPCT e do CEGET a tomarem o trabalho como categoria central de suas pesquisas, como forma crucial de se compreender os processos espaciais na contemporaneidade. Ressalta-se, portanto, a importância de tais estudos e as possibilidades que esses abrem para a construção de uma Geografia radical, no sentido de compreender e se contrapor a ordem hegemônica, totalizante e desumana do sistema do capital.

Evidencia-se ainda, a relevância dos geógrafos se aproximarem do debate epistemológico que dá validade a disciplina e que se sustenta na relação sociedade-natureza, mediada, historicamente, pelo trabalho, compreendendo que não há produção, e produção do espaço, fora do trabalho. Esse debate, portanto, é indispensável no sentido de superar as dicotomias ou a lógica vinculada ao Estado e o capital, que permeou (e ainda se faz bastante presente) no âmbito da Geografia, como forma fundamental de se construir uma Geografia social, pautada nos reais interesses dos sujeitos produtores da riqueza e do espaço geográfico: os trabalhadores.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 6ª. Ed., São Paulo: Boitempo, 2002.

ANTUNES, Ricardo. **O Caracol e sua Concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A Insustentabilidade do Desenvolvimento Sustentável**. In: Eisforia, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, UFSC, ano 2, vol. 2, n. 2, Florianópolis, Dez-2004.

_____. Jovens andarilhos no curto ciclo do capital. In: **Revista OKARA: Geografia em debate**. Vol. 1. N. 1. Programa de Pós-Graduação em Geografia,. Universidade Federal da Paraíba, 2007.

_____. SOUSA, Raimunda Aurea Dias de. (Org.). **Trabalho e trabalhadores: as novas configurações espaciais da reestruturação produtiva no espaço rural**. São Cristóvão: Editora UFS, 2011.

_____. SANTOS, Fabrícia de Oliveira. **A Natureza Imperialista do Capital e a falácia do fim da crise**. São Cristóvão: Editora UFS, 2015.

FRANCESCONI, Léa. Trabalho, tema da pesquisa geográfica. In: **Revista Pegada Eletrônica**. V. 1 e 2, UNEP Presidente Prudente, 2006.

GORZ, André. **Metamorfoses do Trabalho: Crítica da Razão Econômica**. Tradução Ana Montoia. Paris: Galilée, 1988; São Paulo: Annablume, 2003.

GRUPO KRISIS. **Manifesto Contra o Trabalho**. Tradução Heinz Dieter Heidemann; Colaboração Cláudio Roberto Duarte. São Paulo: FFLCH/USP, Cadernos do Labor, 1999; Corand Editora do Brasil, 2003.

KURZ, Robert. **O Colapso da Modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. 4ª. Ed., Tradução da Karen Elsabe Barbosa. Frankfurt: Main, 1991; São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KURZ, Robert. **A Honra Perdida do Trabalho: O socialismo dos produtores como impossibilidade lógica** (S.D.).

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. V. 3, Tomo 1. **O Processo Global da Produção Capitalista**; Editado por Friedrich Engels, 1894. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política: O processo de produção do capital**; Editado por Friedrich Engels, 1894. V.1, t.2, cap. XXI, XXII, XXIII; apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984. P. 153 – 259.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política. O Processo de Produção do Capital**; V. 1, Tomo 1., 4ª ed. revista e editada por Friedrich Engels, 1890. Apresentação de Jacob Gorender; Coordenação e Revisão de Paul Singer; Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. Tradução, apresentação e notas de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. Londres: Merlin Press, 1995; São Paulo: Boitempo; Campinas: UNICAMP, 2002.

MÉSZÁROS, István. **A Teoria da Alienação em Marx**. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, István. **O Poder da Ideologia**. [Trad. Paulo Cezar Castanheira]; Londres: Harvester Whearshaf, 1989; São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

- MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos - 48).
- _____. As noções do mundo (geográfico) do trabalho. In: **Revista Ciência Geográfica**. Bauru, n. VIII. Vol. III – (20): Setembro/Dezembro de 2001.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Novos Caminhos da Geografia**. 5. Ed. São Paulo: Contexto, 2007. (Caminhos da Geografia).
- OLIVEIRA, Vanessa Dias de. **As Tecnologias e suas Interfaces no Campo como Estratégia de Controle do Capital**. São Cristóvão: UFS-NPGeo, 2007 (Dissertação de Mestrado).
- ORGANISTA, José Henrique Carvalho. **O Debate Sobre a Centralidade do Trabalho**. 1ª. Ed., São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- POCHMANN, Marcio. **O Emprego na Globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo editorial, 2001.
- SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos. **A territorialização dos conflitos e das contradições: o capital versus trabalho nos laranjais baianos e sergipanos**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo. Faculdade de filosofia e Ciências Humanas. São Paulo, 2009.
- SILVA, Lenira Rique. **A Natureza Contraditória do Espaço Geográfico**. 2. ed., São Paulo: Contexto, 2001.
- SOUSA, Raimunda Áurea Dias de; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A ação do estado na contramão da realização do trabalho. **Revista Pegada** – vol. 11, n. 2 36, dezembro de 2010.
- SOUZA, Suzane Tosta. **Da Negação ao Discurso “Hegemônico” do Capital à Atualidade da Luta de Classes no Campo Brasileiro. Camponeses em Luta pelo/no Território no Sudoeste da Bahia**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. Núcleo de pós-Graduação em Geografia. São Cristóvão/SE, 2008.
- SOUZA, Suzane Tosta; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos. **Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamento Territoriais**. Vitória da Conquista/BA: Edições UESB, 2010.
- SOUZA, Suzane Tosta; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos; MENEZES, Sócrates Oliveira. **Novas Configurações do Espaço Agrário Nordestino. Movimentos e Organizações Sociais de luta pela terra e pelo trabalho**. Vitória da Conquista/BA: Edições UESB, 2010.
- THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por Trás dos Canaviais os “nós” da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canvieira paulista**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

_____. Trabalho Mutante e Territórios em Disputa. In: **Revista Pegada. Trabalho e Informalidade**. Vol. 8, n. 1. Centro de Estudos de Geografia do Trabalho. Presidente Prudente: CEGET, Junho de 2007.

_____. Não há nada de novo sob o sol num mundo de heróis! (A civilização da barbárie na agroindústria canavieira). In: **Revista Pegada. Modernidade, Barbárie, Classe trabalhadora**. Vol. 8, n. 2. Centro de Estudos de Geografia do Trabalho. Presidente Prudente: CEGET, Dezembro de 2007.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio (Org.). **Geografia e Trabalho no Século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, 2004. Vol. 1.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio (Org.).. **Geografia e Trabalho no Século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, 2006. Vol. 2.

Submetido em: 15 de maio de 2016

Aceito em: 25 de junho de 2016